

Sob a pena de um publicista: disputas políticas e imprensa mineira pela atuação de Mendes Pimentel na primeira década republicana

*Under the quill of a publicist: political
competitions and the press of Minas Gerais by
the acts of Mendes Pimentel in the first Republican decade*

Carolina Mostaro Neves da Silva*

Resumo

Aborda-se a atuação de Mendes Pimentel (1869-1957), que, no início da República, envolveu-se em polêmicas na cena pública do estado por meio dos jornais *A Folha*, *Diário de Minas* e *Jornal do Povo*. Entendendo a imprensa como efetivo agente do processo político, são analisadas a movimentação política dos jornais, as motivações e as formas do debate, os consensos e dissensos existentes em torno das questões cruciais do estado e do país.

Palavras-chave

Imprensa. Política. Minas Gerais.

Abstract

This paper deals with the performance of Mendes Pimentel (1869-1957), who, at the beginning of the Republic, was involved in controversy in the state's public scene by means of the newspaper *A Folha*, *Diário de Minas* and *Jornal do Povo*. Understanding the media as an effective agent in the political process, we analyzed the political movement of newspapers, motivations and forms of debate and existing consensus and disagreements around the crucial issues of the state and the country.

Keywords

Press. Politic. Minas Gerais.

* Doutora em História da Educação pela Universidade de São Paulo. Email: <carolmostaro@yahoo.com.br>.

A história da imprensa entrelaça-se e, em certos momentos, confunde-se com a história de intrigas, polêmicas e conchavos criados, divulgados ou alimentados na circulação de impressos. Em diferentes épocas e lugares, homens e mulheres, cientes de que a divulgação de ideias e notícias poderia lhes ampliar a força e o raio de atuação, utilizaram os impressos como o soldado na frente recorre às armas conforme seu poderio. Este tipo de ação na imprensa é o tema investigado neste artigo, por meio da trajetória pública de Francisco Mendes Pimentel (1869-1957), jurista, jornalista e professor, que vivia em Minas Gerais na primeira década republicana.

Considerando a imprensa como um mecanismo de ação política e de pressão dos grupos que compunham as elites em defesa dos seus interesses, foram analisados os periódicos nos quais Mendes Pimentel trabalhou: *A Folha*, publicado em Barbacena (1893-1894) e o *Diário de Minas*, de Belo Horizonte (1899), ambos criados e dirigidos por ele na década de 1890, e o *Jornal do Povo*, também da capital mineira, para o qual colaborou assiduamente no ano de 1900. Além desses periódicos, para acompanhar os debates nos quais Mendes Pimentel se envolveu, bem como as posições que neles tomou, foi necessário buscar outros jornais que circularam no período, como o *Minas Gerais*, impresso oficial do estado, e o *Diário de Minas*, de 1900, período imediatamente após o afastamento de Mendes Pimentel de sua direção.

Apresentando a personagem: Mendes Pimentel

Francisco Mendes Pimentel nasceu a 20 de janeiro de 1869, no Rio de Janeiro, e morreu nessa cidade no ano de 1957. Era filho de Francisco de Paula Prestes Pimentel (1841-1898), magistrado cujos estudos foram realizados no Colégio Pedro II e na Faculdade de Direito de São Paulo e que ocupou diversos cargos públicos, dentre os quais delegado de polícia, juiz, presidente da província de Sergipe, procurador-geral do Estado (1893-1894) e desembargador do Tribunal da Relação (1897)¹. Ainda na infância, Mendes Pimentel transferiu-se com a família para Minas Gerais, em decorrência das atividades profissionais de seu pai, que, naquela ocasião, havia sido nomeado juiz de direito em Pitangui. Seus primeiros estudos foram realizados nessa cidade e tiveram continuidade nos colégios Providência e Abílio, ambos em Barbacena. Segundo

¹ PIMENTEL. In: MONTEIRO, Norma de Gois. *Dicionário biográfico de Minas Gerais: período republicano, 1889/1991*. Belo Horizonte: Alemg: UFMG/Centro de Estudos Mineiros, 1994. p. 540-541.

Valdez², o Colégio Abílio, fundado e dirigido pelo médico baiano Abílio César Borges, constituía uma das referências de ensino da época e era frequentado pelos filhos das famílias abastadas da região.

Mendes Pimentel graduou-se, em 1889, aos vinte anos de idade, em ciências jurídicas na Faculdade de Direito de São Paulo. Suas primeiras incursões na imprensa ocorreram quando ainda estava na faculdade, de onde enviava crônicas e cartas que seriam publicadas no periódico *O Mineiro*, também da cidade de Barbacena, cuja orientação era declaradamente republicana³. Após diplomar-se, retornou a Minas Gerais e foi nomeado promotor de justiça na cidade de Queluz. Pouco tempo depois, transferiu-se para Barbacena e, em 1891, iniciou sua trajetória docente no internato do Ginásio Mineiro. Como professor, passou também pela Escola Normal dessa cidade, pelo externato do Ginásio Mineiro e pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Na política, seu percurso foi breve: atuou como deputado estadual por dois anos, foi eleito deputado federal, mas renunciou antes de completar um ano de mandato. Além dessas atividades, Mendes Pimentel trabalhou como jurista e constituiu uma carreira que o tornou referência nesse campo, em Minas Gerais.

Em sua trajetória pública destacam-se duas questões fundamentais: a defesa de princípios republicanos, que considerava ser a base para a consolidação desse regime, e a preocupação com a educação, principalmente, em Minas Gerais. Evidencia-se também uma articulação marcante entre essas questões, na medida em que Mendes Pimentel toma a disseminação do ensino como condição para que a República se concretizasse no país. Assim, manifesta-se pela difusão da instrução, pela formação de professores em escolas normais e pela organização do ensino de acordo com as condições políticas, econômicas e sociais da população. Em seus discursos e ações nesse campo, aparecem referências políticas, pedagógicas, filosóficas, aqui consideradas como um “repertório”⁴ que compartilhava com diversos homens de sua época.

² VALDEZ, Diane. *Mens sana in corpore sano: os Colégios do Dr. Abilio Cesar Borges, o Barão de Macahubas (1858-1891)*. *Revista HISTEDBR On-line*, v. único, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Diane_Valdez_artigo.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

³ Segundo o próprio Mendes Pimentel, de São Paulo enviava crônicas que seriam publicadas sob os pseudônimos Bibliophilo e Silvio Maulio. O periódico teria surgido a 12 de junho de 1886, de propriedade de Lino Marques e Arthur Joviano, atuando este também como redator e editor responsável (A FOLHA. Barbacena, n. 5, 1894).

⁴ Neste artigo, considera-se “repertório”, conforme Alonso, como “um conjunto de recursos intelectuais disponíveis numa dada sociedade em certo tempo”, funcionando como uma “caixa de ferramentas às quais os agentes recorrem seletivamente”, apropriando seus elementos conforme a necessidade. A ideia de repertório afasta-se, assim, de um sistema teórico fechado ou abstrato, de modo a constituir-se de padrões analíticos, teorias,

Surgem também as circunstâncias políticas em que se movimentou na cena pública: as alianças, as rivalidades, os conchavos, as polêmicas.

A ambiência político-intelectual

Os debates públicos em Minas Gerais, nas últimas décadas do século XIX, refletiam uma instabilidade política interna marcada, sobretudo, pela “oposição entre as elites da Zona da Mata (região responsável pela maior parte da produção de café) e as da região central”, polos entre os quais se moviam os políticos do sul⁵. Com a instauração do regime republicano, teriam se acentuado ainda mais as divergências no interior da elite estadual, uma vez que os republicanos históricos não ascenderam ao poder⁶. “Em torno da participação na causa da República”, argumenta Resende⁷, estabelecem-se diferenciações entre os grupos políticos em Minas Gerais, baseadas na oposição entre aqueles que participaram da propaganda ou “nasceram politicamente nas fileiras republicanas” e aqueles que, na derrocada da monarquia, transferiram-se para o Partido Republicano.

Desse modo, após a proclamação da República, o Partido Republicano Mineiro (PRM) foi palco de diversos conflitos, nos quais lideranças regionais e diferentes grupos políticos, como ex-monarquistas conservadores e liberais, católicos e propagandistas republicanos, buscavam sobrepor seus interesses. Sob a bandeira de uma “política de conciliação”, liderada por Cesário Alvim e João Pinheiro da Silva, que então ocupavam a presidência e a vice-presidência do estado, iniciou-se a formação de uma cisão no partido, tendo como resultado o seu esfacelamento. As disputas republicanas, contudo, indicam mais do que oposições doutrinárias ou partidárias; elas refletem e, até mesmo, confundem-se com os propósitos de detenção do poder político. Nessa ambiência político-social, Mendes Pimentel fazia parte do grupo de “históricos”, que projetou diversos interesses e ideais no nascente regime.

argumentos e modos de agir cujo “arranjo é histórico e prático” (ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002).

⁵ VISCARDI, Cláudia. M. R. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-55, 1995. p. 42.

⁶ Cesário Alvim (1839-1903), declarado monarquista, foi indicado por Deodoro da Fonseca para a presidência do estado.

⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG, 1982. p. 57.

A Folha: em defesa do Partido Republicano Mineiro

Poucos tempo depois de retornar a Barbacena, Mendes Pimentel fez circular seu primeiro periódico, *A Folha*, que apareceu em 15 de janeiro de 1893⁸. Nesse periódico, Mendes Pimentel explicita o papel fundamental da imprensa como formadora de opiniões e propagadora de ideias, como “guia prudente dos destinos sociais”, ou seja, reconhece e adota com esse veículo a função de homem público que busca criar condições de intervenção social, assumindo a tarefa pedagógica de orientar seus leitores. Com o programa de atender à população local, fornecendo-lhe informações sobre os acontecimentos do município e seus distritos, a proposta do novo impresso era discutir temas que pudessem concorrer para o progresso da localidade, sobretudo, acompanhando as reuniões da Câmara Municipal e dos conselhos distritais⁹.

Assumindo o discurso da imprensa livre, o primeiro número d'*A Folha* destaca a independência com relação a qualquer “partido, seita ou facção”¹⁰. Não obstante, ao longo do primeiro ano de circulação, o periódico passou a defender abertamente os interesses do Partido Republicano Constitucional (PRC), refletindo assim o posicionamento de Mendes Pimentel no cenário político do estado. Em decorrência da aproximação das eleições para o Legislativo federal e estadual, esse cenário dividiu-se entre os partidários de Cesário Alvim e os que estavam contra o ex-presidente do Estado. Em torno dessa divisão, emerge uma nova organização da estrutura político-partidária, representada pelo surgimento de dois novos partidos: o Partido Republicano Constitucional, criado em 1893, tendo inicialmente como liderança maior Antônio Olinto dos Santos Pires (1860-1925), uma das figuras que conduziu a propaganda republicana no estado, e o Partido Republicano Conciliador, dirigido por Cesário Alvim. Trazendo como programa

⁸ As dimensões d'*A Folha* são de aproximadamente 34,5 cm de altura por 24 cm de largura. Era impressa em quatro páginas, sendo que, em geral, as duas primeiras eram destinadas às produções da redação e de seus colaboradores, a terceira, às publicações pagas, e a última, aos anúncios. Durante quase dois meses, a publicação foi semanal, passando, após esse período, a ser publicada às quintas-feiras e aos domingos. A partir de seu segundo ano, o periódico tornou-se diário e passou a ser propriedade de uma sociedade anônima. Essa mudança, que, segundo a redação, teria sido motivada pela grande afluência de matérias e publicações pagas, poderia estar relacionada tanto com os avanços nas técnicas de produção e circulação dos impressos, experimentados nas últimas décadas do século XIX, como com a busca de lucros na atividade empresarial.

⁹ Além das atas de reuniões da Câmara Municipal e dos Conselhos Distritais, publicavam-se leis municipais, a repartição da fazenda municipal, informações sobre o mercado da cidade, sobre comemorações, visitantes, falecimentos etc.

¹⁰ A FOLHA. Barbacena, n. 1, 15 jan. 1893.

a “oposição à revisão constitucional cujo objetivo era estabelecer o parlamentarismo” – bandeira do grupo conciliador – “e o compromisso de lutar pela manutenção da república federativa presidencialista”, o Partido Republicano Constitucional atraiu inicialmente os republicanos do grupo de Antonio Olinto, tidos como os mais radicais e intransigentes na defesa de princípios republicanos¹¹. Contudo, esse partido não demorou a reunir em suas fileiras todos os que se opunham à política de Alvim.

Em meios a essas articulações, Mendes Pimentel iniciou atividades partidárias ao lado do grupo Constitucional e fez da *A Folha* porta voz dos interesses desse partido, ainda que este não fosse um impresso do partido e que não falasse em seu nome. O grupo Conciliador era visto por ele como sendo constituído por indivíduos que desejavam somente “escalar altas posições administrativas”, que não possuíam um programa ou mesmo ideias condizentes com o regime republicano¹². Seu argumento para justificar essa tomada de posição no periódico foi o de que “a imprensa, guia da opinião pública, tem por missão orientá-la e não pode conservar-se indiferente aos assuntos capitais que se debatem na tela política”, sobretudo, quando se trata da escolha de seu representante maior, o presidente de Minas Gerais, “em um estado que soube compreender o regime republicano e onde a eleição se faz pelo concurso do voto popular e não pela abstenção, da qual vivem os governos sem apoio da opinião”¹³. Assim, além de marcarem um posicionamento no cenário político, as publicações d'*A Folha* indicam princípios e ideais com os quais Mendes Pimentel, como redator principal e diretor, e seus colaboradores, interpretam os acontecimentos contemporâneos e intentam empreender uma ação educativa.

Republicano, federalista e constitucionalista, Mendes Pimentel apresenta-se publicamente para debater as questões que considerava relevantes no momento e que não se restringiam ao âmbito de suas atividades profissionais, como advogado e professor. Delineia na imprensa uma íntima relação entre a consolidação de uma república federativa e a necessidade de preparar a população para esse regime por meio da educação. Estabelece, por vezes, um vínculo bastante direto entre educação, progresso e república, que o conduz a uma interpretação dos problemas enfrentados na consolidação da nova ordem política como, fundamentalmente, decorrentes da falta de instrução ou de uma

¹¹ RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais*, op. cit., p. 101.

¹² A FOLHA. Barbacena, n. 35, 7 mar. 1894.

¹³ A FOLHA. Barbacena, n. 94, 21 dez. 1893.

instrução adequada à nova realidade do país. Assim, evocando uma legitimidade de pronunciamento, ao anunciar o jornal como “espelho da opinião dos leitores”, como “somatório de opiniões”, entende estar contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência política em seus leitores.

Em 1894, Mendes Pimentel candidatou-se a deputado estadual. É provável que, durante o período em que esteve no Legislativo, tenha cessado seus trabalhos n'A *Folha*, uma vez que só existem exemplares de 1893 e 1894. Nesse momento, o PRC despontava como partido de governo, sendo a escolha das chapas eleitorais realizada em reuniões das quais participavam apenas os congressistas mineiros. A organização do partido também passava por alterações, uma vez que Antônio Olinto perdia sua direção para Silviano Brandão (1848-1902), líder político da região sul do estado, que também empreendeu forte ofensiva contra o grupo de Cesário Alvim.

Em 1897, Mendes Pimentel foi eleito para a Câmara Federal. Contudo, antes de completar um ano de mandato, alterou significativamente os rumos de sua trajetória política, renunciando ao cargo de deputado e rompendo com o PRC. Naquela conjuntura, nutria divergências com relação às novas lideranças do partido, principalmente por Silviano Brandão e Francisco Bressane, explicitadas meses mais tarde nas páginas do novo periódico. Ainda em 1897, Mendes Pimentel liderou uma dissidência no PRC, visando a formação de um novo partido em Minas Gerais. Conclamava, então, “a organização de diretórios locais ou assembleias políticas”, para que fossem nomeados “delegados a uma convenção, na qual se formule o programa de um partido” que se empenharia na “liberdade eleitoral”¹⁴. Divulgava a ideia de que “a Convenção do Partido Constitucional é o Congresso Mineiro, sua comissão executiva é o governo do Estado”, o que representaria uma “violação flagrante das boas normas democráticas”, prática que, segundo acusava, poderia “dar o Estado nas mãos de uma oligarquia partidária chefiada por um senhor de barão e cutelo, donatário da capitania eleitoral”¹⁵.

Essa prática vinha ocorrendo no partido desde sua criação e foi possivelmente por meio dela que o nome de Mendes Pimentel emergiu para compor as chapas eleitorais. No entanto, algo se passava para que, nesse momento, ela constituísse o cerne de um manifesto dissidente. Seguindo a argumentação de Mendes Pimentel, “no aparelhamento

¹⁴ MINAS GERAIS. Belo Horizonte, n. 281, 21 out. 1897.

¹⁵ MINAS GERAIS. Belo Horizonte, n. 236, 4 set. 1897.

do partido foram sendo toleradas normas que, justificadas talvez por circunstâncias fortuitas e ocasionais, contravinham evidentemente as bases democráticas” em que deveria estar alicerçada a instituição política. Normas aceitas inicialmente pela “necessidade de manter-se e praticar-se a República Federativa Presidencial”, mas que, mantidas, representariam “a postergação sistemática dos princípios fundamentais da vigente política nacional”, ou seja, do próprio regime republicano¹⁶.

A essa explicação, em que sobreleva o republicanismo, pode-se acrescentar o novo quadro de comando que se delineava no PRC, representado pela ascensão de Silviano Brandão, que, como presidente do Senado mineiro, tornou-se a principal liderança do partido, forjando, assim, as bases para sua candidatura à presidência do estado. Deve-se considerar que nos primeiros anos da República, não só em Minas Gerais, como também nos demais estados, a disputa partidária foi praticamente inexistente, pois “a competição real ocorria no interior dos PRs [Partidos Republicanos], entre facções disputando o controle da ‘máquina’ partidária”. A indicação do candidato à presidência estadual pelo partido “significava já estar eleito e, portanto, a luta efetiva era travada antes das eleições”¹⁷.

Esta situação deve ser analisada tendo em vista também a maneira como os políticos mineiros agiram em relação à crise pela qual passava o Partido Republicano Federal (PRF), que, na ocasião, dividia-se entre Francisco Glicério (1846-1916), liderança do partido, e Prudente de Moraes (1841-1902), presidente da República. Diante desse quadro, as cisões regionais também se fizeram sentir e a divisão da bancada mineira no Congresso Nacional teve repercussões na política estadual. Almejando a presidência do estado, Silviano Brandão optou inicialmente pela neutralidade em relação à questão do PRF, em manobra política para não perder o apoio de nenhum dos lados da bancada mineira. Enquanto Mendes Pimentel, que se aproximava de Prudente de Moraes, fez dessa questão o estopim da dissidência.

O rompimento com o PRC se efetivaria por meio da criação de um novo partido político, intuito que foi neutralizado pelas manobras políticas das lideranças políticas estaduais. Segundo Melo Franco, os partidários de Silviano Brandão, objetivando participar da convenção¹⁸ proposta pela dissidência, para a criação do novo partido, organizaram um grande número de diretórios, conseguindo maioria de delegados nessa

¹⁶ MINAS GERAIS. Belo Horizonte, n. 236, 4 set. 1897.

¹⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed., rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 43.

¹⁸ A convenção ocorreu em 20 de dezembro de 1897, em Ouro Preto.

assembleia¹⁹. A situação levou dissidentes e governistas a firmarem um pacto que, de acordo Mendes Pimentel, “consistiu em serem reconhecidos e aceitos os princípios proclamados pela dissidência, adotando esta a candidatura presidencial do sr. Silviano Brandão”. Assim, foi constituído um novo Partido Republicano Mineiro (PRM), para o qual Mendes Pimentel escreveu as bases orgânicas.

Na articulação entre governistas e dissidentes que deu origem ao PRM, no entanto, fica evidente que os princípios políticos postulados seriam manipulados de acordo com o encaminhamento das questões a serem enfrentadas. No percurso, não ocorreram grandes alterações no quadro político partidário, como almejava Mendes Pimentel: o PRM surgiu controlado pelo mesmo grupo silvianista que dominava o PRC.

Nesse processo, Mendes Pimentel desligou-se do partido, abandonando o mandato em novembro de 1898, antes de completar um ano na Câmara Federal. Alegava, ironicamente, que “desde cedo começaram as provas da sinceridade com que se fizera o acordo”, pois Francisco Bressane (1859-1927), um dos políticos mais próximos de Silviano Brandão, que “em nome de seus amigos abjurara convicções para ganhar apoio em benefício do atual Presidente desdizia-se poucos dias depois e afirmava ser ‘baldado o intento de se organizarem partidos legítimos de opinião’”²⁰. Mendes Pimentel afastava-se, assim, do PRM, mas mantinha-se envolvido com política, ainda que de forma indireta, por meio de sua atuação no *Diário de Minas*. No prospecto que circulou em 15 de novembro de 1898 foi publicada a notícia de que “em ofício dirigido à Mesa da Câmara dos Deputados resignou seu mandato o dr. Mendes Pimentel, que abandona completamente a política militante e partidária”²¹.

Diário de Minas: da neutralidade à oposição

A iniciativa de criar um periódico concomitantemente ao abandono da atuação político-partidária, significava para Mendes Pimentel mais do que a retomada da atividade jornalística como profissão. Esse recurso

¹⁹ “Enquanto os dissidentes organizavam seus diretórios, os situacionistas faziam o mesmo e em número muito maior, devido às claras vantagens de se ficar ao lado do governo. Em alguns municípios, onde a oposição tinha núcleos, não se esqueceu o esperto Bressane de forjar as oportunas duplicatas” (MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. v. 1. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1955. p. 309).

²⁰ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 1, 3 dez. 1899.

²¹ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, Prospecto, 15 nov. 1898.

à imprensa diária representava a possibilidade de intervenção e acesso à esfera do poder, a participação em contendas políticas, por meio da expressão pública de suas críticas aos acontecimentos que envolviam o governo, principalmente no âmbito estadual. Não é por acaso que, na apresentação do *Diário de Minas*²², Mendes Pimentel o define como um órgão eminentemente político, mesmo sem ter ligação com grupos partidários, na medida em que atuaria “no exercício do direito e no cumprimento do dever de criticar a gestão da coisa pública”, fazendo “chegar à apreciação pública os atos governamentais”. Essa ação fundamenta-se na ideia de que o novo instrumento jornalístico não “descará da sua missão social, política e educativa”, o que evidencia, além das expectativas lançadas na nova folha, a crença nas possibilidades de intervenção social por meio dos impressos. Nessa direção, explicita-se uma relação entre imprensa e sociedade, na qual aquela espelharia o “horizonte que a vê nascer”, enquanto esta experimentaria “os sulcos cavados pela propaganda jornalística”²³. É ciente, portanto, da força e importância social dos impressos, que Mendes Pimentel se lança à sua nova empreitada jornalística, mais ambiciosa do que a anterior, uma vez que se tratava de uma publicação diária e de grande formato²⁴.

Os esforços para produzir um periódico diário na nova capital mineira²⁵ se justificariam também por ser este um instrumento capaz de “fornecer uma gota da essência de civilização”, que o faz fator de progresso em qualquer região²⁶. O jornal, para Mendes Pimentel, seria “uma escola de civismo”, cujo papel educativo é imprescindível, ao considerar as marcas de um passado de subserviência colonial e de escravidão, em uma sociedade que, até aquele momento não compreendia o valor da instrução. Por isso, conclama, na apresentação do *Diário*, mestres e jornalistas a atuar na mesma direção, uma vez que “à escola e à imprensa compete primariamente o trabalho de refibração do caráter nacional”²⁷. Para compreender a analogia, é preciso considerar que o seu formulador

²² O *Diário de Minas* começou a circular em 1º de janeiro de 1899 na Cidade de Minas, futura Belo Horizonte.

²³ PIMENTEL, Francisco Mendes [1899]. Apresentação do Diário de Minas. In: PIMENTEL, Francisco Mendes. *Jornalista e político, professor, jurista*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, 1949. p. 49-50.

²⁴ O formato era de 57,5 x 42 cm (LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da imprensa de Belo Horizonte (1895-1954)*. Belo Horizonte: [s.n.], 1995. p. 63).

²⁵ A nova capital foi inaugurada a 12 de dezembro de 1897.

²⁶ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n.7, 8 jan. 1899.

²⁷ PIMENTEL, Francisco Mendes [1899]. Apresentação do Diário de Minas. In: PIMENTEL, Francisco Mendes. *Jornalista e político, professor, jurista*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, 1949. p. 50.

atuava em ambas as frentes – havia sete anos que era professor do ensino secundário e iniciava suas atividades docentes na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais²⁸. A atuação paralela na imprensa e na docência confluía no indivíduo, que, como jornalista, utilizaria de sua experiência docente para fazer críticas e lançar propostas para a situação da instrução pública no estado e no país, e, como professor, ampliaria seu raio de atuação por meio da atividade jornalística.

Para Mendes Pimentel, naquele momento, a ação se concentrava em fazer o “regime do povo pelo povo” deixar de ser “um torpe eufemismo para se constituir a prática real do sistema político”²⁹. Para tanto, o *Diário de Minas* evoca constantemente a legitimidade do debate, da crítica, num regime dito de opinião, mas não ignora que a participação nesse debate, que se pretendia público, não estava igualmente ao alcance de todos os cidadãos, posto que condicionada à qualificação dos interlocutores. Por isso, Mendes Pimentel fez questão de exaltar no primeiro número a qualidade de seus colaboradores, que, “artífices da palavra escrita”, seriam homens de letras que iriam “imprimir-lhe a feição superior de um verdadeiro produto intelectual”³⁰. Homens que, depois de participarem publicamente da consolidação do regime, se reuniram no novo jornal para acompanhar-lhe o desenvolvimento, sancionando ou reprovando seus aspectos fundamentais.

A ação política por meio dos periódicos já não era novidade nos primeiros anos da República. Como afirma Friero³¹, ao longo do século XIX, o jornalismo se assemelharia a “uma cátedra de governar”, exercida por muitos homens públicos, que se destacaram na política e na administração. Os impressos, doutrinários e combatentes, adquiririam a função de potencializar as vozes daqueles que os produziam, dando visibilidade pública a suas aspirações e interesses. Contudo, discursos evocativos da imparcialidade, da defesa do bem comum e da independência na opinião começavam a vir à tona, concedendo um revestimento legitimador à

²⁸ Em Minas Gerais e no Brasil, a ideia de associar instrução e atividades jornalísticas não surge com os discursos republicanos. Na famosa “Carta aos eleitores mineiros”, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, por exemplo, o político mineiro defendia a complementaridade dessas duas instituições para a manutenção e fortalecimento das liberdades civis e políticas. A relação entre república e educação está presente também em discursos de contemporâneos de Mendes Pimentel, como Delfim Moreira, Estevão de Oliveira e João Pio de Souza Reis.

²⁹ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 45, 24 fev. 1899.

³⁰ PIMENTEL, Francisco Mendes [1899]. Apresentação do Diário de Minas. In: PIMENTEL, Francisco Mendes. *Jornalista e político, professor, jurista*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, 1949. p. 50.

³¹ FRIERO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas. *Revista da Universidade de Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 12, p. 74, jan. 1962.

mensagem que se pretendia divulgar. É nesse âmbito que o *Diário de Minas* destacou-se entre os contemporâneos mineiros como “a folha mais completa e representativa” do período, colaborando para a difusão de uma imagem de intransigência, mas também de competência jornalística vinculada ao seu diretor, Mendes Pimentel³². Embora sendo um diário modesto e sem novidades gráficas, sua parte editorial “representa um verdadeiro avanço para a imprensa belo-horizontina”, por contar com uma grande variedade de seções, nas quais predominavam a temática política e a publicação literária³³. Além disso, contava com colaboradores já experimentados nas lides da imprensa, como Azevedo Júnior (1865-1909), sobretudo na produção de críticas políticas e sociais, e Arthur Lobo, na parte literária. A aproximação entre Mendes Pimentel e Azevedo Júnior, no entanto, ultrapassava o reconhecimento mútuo da competência jornalística; ambos eram professores e estavam em desacordo quanto à maneira como a política vinha sendo conduzida no estado, criticando, principalmente, a atuação do Partido Republicano Mineiro.

A opção pela imprensa parece ser a que restava aos homens que possuíam “vocação política”, mas que não estavam dispostos a participar do esquema implantado pelo PRM, tendo em vista a inexistência de uma oposi o partidária organizada no estado³⁴. A política profissional fazia-se, em Minas Gerais, através desse partido, não obstante isso representasse a reunião de interesses diversos sob uma legenda. Desse modo, “os conflitos da esfera política vão se manifestar na imprensa tanto sob a forma de apoio ao esquema perremista, quanto sob a forma de oposi o a tal esquema”³⁵. O aparecimento do *Diário de Minas*, em janeiro de 1899, em Belo Horizonte – para onde Mendes Pimentel se mudara no ano anterior – irá colaborar para a amplia o da imprensa independente no estado, na medida em que, nele, o discurso da imprensa livre aparece como princípio de a o, marcando a nova posi o de Mendes Pimentel na vida pública mineira.

Referindo-se frequentemente   dedica o do periódico ao estado, destaca o intuito de “sobrancear acima dos apetites ou despeitos partidários”, sendo assim um “fiscal da opinião”, que analisaria “os atos governamentais cotejando-os unicamente com os interesses dos mineiros, sem preocupa o de molestar os governantes, mas sem o menor intuito

³² CASTRO, Maria C. P. Spínola et al. *Folhas do tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte – 1895-1926*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: AMI: PBH, 1997. p. 22.

³³ SIQUEIRA, Juliana Maria de. Além das palavras, além das formas. In: CASTRO, Maria C. P. Spínola et al., op. cit., p. 85.

³⁴ *Ibid.*, p. 85.

³⁵ CASTRO, op. cit., p. 37.

de lisonjear-lhes a vaidade”³⁶. Acredita empreender, assim, uma atitude de vigilância cívica, alicerçada na possibilidade de aplaudir ou criticar o governo, analisando suas ações sem as amarras do pertencimento institucional ao PRM. Este posicionamento levou o *Diário de Minas* e Mendes Pimentel, como diretor do jornal, a serem rotulados pelos colegas de imprensa, em alguns momentos, como governistas, em outros, como opositoristas.

Chega aos nossos ouvidos que se comenta por ai a atitude de ‘franca oposição’ do Diário de Minas ao governo de Silviano Brandão. Ainda a pouco tivemos de rebater umas de quem nos assacou a pecha de governista. Isto quer dizer que só se compreende a existência de uma das três espécies de jornalismo: a imprensa neutra, que não comenta, não discute, não opina e que em compensação transcreve tudo que se passa [...]; a imprensa de oposição que aos homens do governo começa a negar talento e acaba por denunciar como ladrões; o órgão oficioso, incensário de encômios incondicionais a todos os atos e atitudes da administração³⁷.

O artigo segue declarando que o *Diário de Minas* não corresponderia a nenhuma das três opções, pois, embora fosse um “jornal absolutamente independente do governo e dos partidos”, julgava-se “no direito de criticar a vida pública de ambos”. Para o publicista, não haveria mal maior em regime dito “de opinião” do que a abdicação da faculdade de pensar e criticar, sobretudo quando se tratava dos homens públicos, já que esses teriam o dever de orientar a população. Contudo, a necessidade de fixar uma posição diante do governo parecia pairar sobre editores e publicistas, principalmente depois das declarações de apoio de Silviano Brandão ao presidente Campos Sales (1841-1913), eleito em 1898. Esta situação permite compreender a reafirmação constante do posicionamento independente do jornal nos textos em que são comentados os acontecimentos políticos, empenhando-se para legitimar esse tipo de ação perante o público leitor.

É governismo aplaudir as medidas administrativas que consonam com os interesses mineiros? Qualifiquem-nos como quiserem, nem por isso modificaremos de plano nossa orientação jornalística. É fazer oposição protestar com veemência contra a promessa de ‘apoio incondicional’ a um governo que se ainda não é uma desilusão completa, também não se revelou o Messias republicano? [...]. Esta declaração é endereçada exclusivamente aos nossos leitores. Quanto ao governo, já deve estar ele convencido de que, se não presidiu à formação desta imprensa o intuito estreito de hostilizá-lo sistematicamente, muito menos pretendemos um lugar no cortejo dos seus admiradores incondicionais³⁸.

³⁶ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 58, 11 mar.1899.

³⁷ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 79, 7 abr. 1899.

³⁸ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 79, 7 abr. 1899.

À frente do *Diário de Minas*, Mendes Pimentel ficou pelo curto período de dez meses, tempo suficiente para que nele se possa observar a adoção de um tom ainda mais crítico, às vezes intransigente, em comparação com o que se encontra n'A *Folha*. Escrevia, nesse período, “com o ardor de jornalista republicano que ainda [teria] ilusões a perder” e que, em alguns momentos, sentia fracassarem as “esperanças no ressurgimento cívico de Minas”³⁹. Por isso, a folha independente acabou assumindo uma atitude predominantemente crítica e de oposição aos governos estadual e federal. Mesmo nos textos em que são reconhecidas as dificuldades enfrentadas pela administração pública, decorrentes da crise financeira que atingia o país, e suas iniciativas para contornar tal situação, surgem divergências para com a atuação governamental. O fechamento de escolas rurais e do Instituto Zootécnico, a extinção da repartição de higiene, a possibilidade de redução dos salários do funcionalismo público, por exemplo, motivaram diversas críticas sob a pena de Mendes Pimentel e Azevedo Júnior. Além disso, os desacordos dos dois principais representantes do *Diário* com os rumos dados à política intensificaram-se a partir do momento em que Silviano Brandão declarou “apoio incondicional” a Campos Sales.

Definido no prospecto do *Diário* (1898) como “um nome caro aos democratas brasileiros, pelos seus serviços de propaganda, pela competência administrativa e inteireza republicana”, cerca de seis meses mais tarde, Campos Sales já seria considerado no jornal como uma das “dolorosas desilusões” experimentadas no regime republicano⁴⁰. Representado como um “político voluntarioso”, que havia trazido para o governo “seus hábitos tirânicos de fazendeiro de escravos”, o presidente era acusado de atentar contra as instituições republicanas, o que seria uma condenação do regime⁴¹.

Naquela conjuntura Campos Sales articulava-se para estabelecer o que denominou de “política dos estados”, firmando acordos pelos quais reconhecia e apoiava os grupos que controlavam a política estadual, em troca do respaldo necessário à realização de suas medidas de governo. Forjava, assim, as bases da conduta que, segundo Renato Lessa⁴², caracterizaria sua ação presidencial como responsável por um “congelamento da competição política” no nível nacional, conferindo maior autonomia ao Executivo Federal em relação ao Legislativo, ao mesmo tempo em que se mantinha

³⁹ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 76, 4 abr. 1899.

⁴⁰ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, Prospecto, 15 nov. 1898.

⁴¹ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 98, 24 abr. 1899; DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 165, 16 jul. 1899.

⁴² LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Vértice, 1988. 119 p.

distante dos conflitos regionais, relegados aos estados e, nesse nível, controlado pelos chefes locais. Desse modo, Campos Sales não apenas reconhecia os modos pouco democráticos como ocorriam os jogos políticos nos estados, como os mantinha em sua prática de governo.

Mesmo diante da impossibilidade de determinar tudo o que naquele momento fazia de Sales uma “desilusão”, do ponto de vista de Mendes Pimentel, não é estranho que o presidente da República recebesse duras acusações por parte dos que almejavam a efetivação das instituições republicanas, baseadas no fim do controle oligárquico da política. Há que se considerar que o diretor do *Diário* lutara havia pouco pelo estabelecimento de diferenciações partidárias que rompessem o monopartidarismo em seu estado, do lado oposto à crítica aos partidos e ao “espírito de facção”, que aparece nos discursos de Sales⁴³. Ademais, o *Diário de Minas* atenta para a invasão do executivo em “órbita de ação estranha as suas funções”, lamenta a existência de um personalismo governativo baseado na noção de “que o presidente é a Instituição”, o que fazia com que Sales fosse tratado como “a arca santa da democracia”, a qual todos deveriam se curvar⁴⁴. As críticas também abarcam a política econômica do governo federal, acusado de ter entregado “os brasileiros ao patronato dos banqueiros Rothschilds”⁴⁵, ao contrair títulos de um novo empréstimo para saldar “compromissos relativos a juros dos empréstimos federais anteriores”, no chamado *funding loan*⁴⁶.

É em meio a essas questões que o *Diário de Minas* faz sua oposição ao “apoio incondicional” oferecido por Silviano Brandão a Sales⁴⁷. Apresenta ao público o discurso de que a incondicionalidade “importa na voluntária abdicação do exercício da faculdade de pensar por conta própria e de criticar a orientação dos governantes”, o que seria “o reconhecimento

⁴³ Segundo Lessa (op. cit., p. 101), em seu manifesto de posse, Campos Sales “adianta o que será uma das ideias invariáveis em toda sua pregação política: a aversão aos partidos, apresentada como crítica ao espírito de facção”.

⁴⁴ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 125, 31 maio 1899.

⁴⁵ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 98, 24 abr. 1899.

⁴⁶ FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. 26. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 27.

⁴⁷ Em Minas Gerais, a aliança entre Sales e Silviano Brandão representava uma mudança na orientação das relações entre estado e União estabelecidas nos governos de Afonso Pena e Bias Fortes, em que prevaleceu uma política de preservação da autonomia estadual. Essa mudança, segundo Resende (op. cit., p. 166), para além do enfrentamento da crise econômica que atingia fortemente o estado, coadunava-se com as pretensões políticas silvianistas de colocar Minas Gerais em posição de relevância no cenário político nacional por meio de um Executivo estadual forte, que, controlando o PRM, seria “capaz de manter a solidariedade com o governo da União”.

do dogma político e da infalibilidade governamental⁴⁸. O argumento mais recorrente no jornal era o de que os atos da administração pública deveriam ser examinados um a um, à medida que fossem ocorrendo, o que impedia a afirmação de apoio em relação a condutas futuras. No entanto, toda a leitura do jornal sobre esse apoio traz marcas da decepção quanto aos rumos tomados pela política republicana, que, no extremo, deixa transparecer o enfraquecimento das expectativas quanto à efetivação da república idealizada.

Os desapontamentos com o regime ficam bastante evidentes nas várias publicações que discutem a fraude eleitoral, neste momento não mais vista como uma prática a ser evitada, mas a ser combatida, tendo em vista sua incorporação na política republicana. Por isso, a tônica dos textos não era mais a importância do voto no sistema representativo, embora o tema permaneça subentendido em toda a discussão, e sim o “ressurgimento político do Estado com a empresa incomparável de seu saneamento eleitoral”⁴⁹.

De acordo com o *Diário de Minas*, o país se encontrava em “ínfimo estado de degradação política”, não havendo lugar no jogo do situacionismo para as divergências⁵⁰. Por isso, considera lamentável que a “maior parte do jornalismo mineiro” parecesse “ter aberto mão do direito de criticar os atos dos governantes, fazendo em torno deles o silêncio, que se é aplauso o é especialíssimo, se é indiferença importa em crime”⁵¹. O destaque frequente do valor atribuído à crítica, principalmente como tarefa dos que almejavam alterações nesse quadro político, deve-se ao posicionamento tido como “independente” que o jornal assumia no espaço público mineiro. Responderia, ainda, à influência que o governo exercia sobre a imprensa, não só porque muitos dos que nela atuavam estavam ou pretendiam estar diretamente ligados a ele, mas também porque, neste período, “a compra da opinião da imprensa pelo governo torna-se rotina”⁵². O próprio presidente Sales assumiu ter subvencionado jornais “para que ocultassem fatos e opiniões contrários à ‘razão de Estado’ e defendessem as políticas e os homens do governo”⁵³.

⁴⁸ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 76, 4 abr. 1899.

⁴⁹ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 45, 24 fev. 1899.

⁵⁰ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 100, 1 maio 1899.

⁵¹ DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte, n. 98, 24 abr. 1899.

⁵² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 317.

⁵³ BONTEMPI JR., Bruno. *Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades: o estado de S. Paulo, 1914*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Relatório de estágio pós-doutoral. p. 23.

Por isso, assumir a independência e, sobretudo, a crítica ao governo significava enfrentar, além da precariedade consequente das limitações materiais inerentes à atividade jornalística, críticas e perseguições. Sem recursos que permitissem manter a independência em relação ao governo, eram poucos os que se arriscavam a empreender uma oposição aberta ao situacionismo e a sua instituição política em Minas, o PRM. Estar do lado governista significava, além de maiores chances de apoio para a publicação, “possibilidades de ingresso e ascensão na carreira política”⁵⁴. As exceções lidavam, portanto, com maiores dificuldades na manutenção de seus empreendimentos na imprensa, como ocorreu com o *Diário de Minas*, que ficou dispendioso demais para seus proprietários. Em novembro de 1899, o *Diário de Minas* tornou-se propriedade do Partido Republicano Mineiro, passando a atuar do lado governista como órgão oficioso. Esse acontecimento levou Mendes Pimentel a colaborar com Azevedo Júnior em novo empreendimento jornalístico, desta vez com declarada oposição aos governos de Silviano Brandão e Campos Sales. O *Diário*, diria Azevedo Júnior, teria sido “sua última ilusão em terras mineiras”, e sua venda para o PRM, mais uma decepção colhida no regime republicano, que se concretizava de um modo bem diferente de seus anseios⁵⁵. A partir de então, a presença de Mendes Pimentel na cena pública vai se fazendo cada vez menos frequente.

Jornal do Povo: a oposição declara

Pouco menos de um mês após a transferência do *Diário de Minas*, Azevedo Júnior publicava o primeiro número do *Jornal do Povo*⁵⁶, diário predominantemente político, por meio do qual pretendia dar continuidade à divulgação de suas críticas ao situacionismo, não mais sob o discurso da independência, evocativo da imparcialidade no julgamento das questões políticas, mas, como resumiu o *Diário de Minas*, em “franca oposição ao governo mineiro”⁵⁷. Divulgava, na ocasião, o objetivo de “servir aos interesses da República, lesados pelos oligarcas que instituíram o egocentrismo” e proclamavam “o incondicionalismo como

⁵⁴ SIQUEIRA, op. cit., p. 85.

⁵⁵ GAZZINELLI, Gustavo T. *Vida, atividade crítica e percalços de José Maria Teixeira de Azevedo Júnior*. 2008. 41 p. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Bibliotecas/File/sub_artigo-para-aula-na-biblioteca-julho.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2009. p. 25.

⁵⁶ O *Jornal do Povo* possuía quatro páginas com as dimensões de 41 x 26,5 cm e tiragem de 2.000 exemplares (LINHARES, op. cit., p. 68).

⁵⁷ DIÁRIO DE MINAS [2ª fase]. Belo Horizonte, n. 10, 18 nov. 1899.

norma política, inscrevendo no Index os homens que não se sujeitam ao nulo de outrem⁵⁸. Explicitava, assim, seu desacordo com relação à administração pública, ao mesmo tempo em que indicava estar ciente de que se expunha a repreensões, ao produzir um instrumento de combate aos representantes do poder político no estado.

No *Jornal do Povo* é dada continuidade à parceria de Azevedo Júnior e Mendes Pimentel, iniciada nas oficinas do *Diário de Minas*. Nesse percurso, Mendes Pimentel não apenas assume uma postura declaradamente oposicionista, como também se torna o principal colaborador do *Jornal*. Seus artigos, de acordo com Linhares⁵⁹, “empolgavam a opinião pública de todo o Estado”, sendo transcritos em diversos periódicos do interior, mas, sobretudo, faziam mover as penas da imprensa governista, principalmente por meio do *Diário de Minas*. Frequentemente, os escritos de Mendes Pimentel dialogavam com publicações do *Diário*, seja pela crítica, debate ou resposta a algo que havia sido publicado no jornal que encampava os atos governistas⁶⁰. Todavia, para além dos textos de Mendes Pimentel, eram habituais os embates entre os dois periódicos belo-horizontinos, que se situavam em campos opostos no cenário político daquele momento.

A tarefa de produzir um instrumento de combate ao situacionismo sustentava-se na função atribuída à oposição. Esta teria como eixo central a ação de revelar aos leitores os desacertos dos poderes públicos, analisando os acontecimentos contemporâneos pela lógica do erro e da culpa arrojados ao situacionismo. Não se desconsiderava que alguns problemas, como a fraude eleitoral, estavam presentes desde o processo de instauração do regime republicano ou mesmo antes, mas, nesses casos, o governo era responsabilizado no mínimo pela manutenção da prática, quando não por incentivá-la. Buscava, também, justificar essa ação, assinalando a importância da oposição para a sociedade e, principalmente, para o próprio governo, uma vez que, ao apontar problemas, produzia o debate, o que significava que o lado governista poderia se manifestar para reverter uma situação, no caso de reconhecer o que foi apontado ou para mostrar que o erro está na interpretação do opositor. Implicaria, para os redatores do *Jornal do Povo*, haver maior cuidado por parte da

⁵⁸ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 1, 3 dez. 1899.

⁵⁹ LINHARES, op. cit., p. 69.

⁶⁰ Depois de sua venda, o *Diário de Minas* tornou-se órgão do PRM e, no período analisado por este trabalho (1899-1900, período de circulação do *Jornal do Povo*), teve como diretores políticos Alberto Ferraz, Francisco Salles e Sabino Barroso, sendo este sócio do jornal no período dirigido por Mendes Pimentel. Como diretor-gerente atuava Marianno de Abreu. As edições consultadas estão no arquivo da Hemeroteca Histórica de Minas Gerais, porém, há muitas lacunas na coleção no período investigado.

administração pública na execução de suas diversas tarefas. Nota-se um esforço, que perpassa todo o período de existência do *Jornal*, em dar lugar legítimo à fala oposicionista, reforçando um caráter de positividade que, no interior da crítica e do combate, aparece representado pelo desejo de engrandecimento de Minas Gerais e do Brasil.

O próprio *Diário de Minas* reconhecia, na edição em que noticiou o aparecimento do *Jornal do Povo*, a existência de uma “lacuna na imprensa mineira”, que viria a ser preenchida com a circulação do periódico oposicionista, do qual esperaria uma “discussão longa e criteriosa dos atos do governo”, dada a “capacidade jornalística de seus redatores”⁶¹. Se, diante desse comentário inicial, é possível depreender alguma cordialidade em relação ao novo jornal, há que se considerar que seus limites foram curtos, pois, rapidamente, os governistas se mobilizaram para rebater aquilo que, na prática, entendiam como sendo um ataque. Na edição seguinte do *Diário*, por exemplo, Francisco Bressane escreveu um artigo – em resposta ao que Mendes Pimentel havia publicado no primeiro número do *Jornal do Povo* –, no qual definia os opositores ao governo como “náufragos políticos”, que “se arvoram de novo, blasonando sabedoria infalível, em mentores da opinião e pondo em contribuição, no combate ao governo e à situação, uma retórica estafada, incapaz de empanar o brilho da atual administração”, deixando claro que se referia aos colaboradores do *Jornal*⁶².

O tom ríspido e ameaçador da oposição – que em alguns casos chamou nominalmente os redatores do *Diário* para o debate – era encarado como ofensa pela imprensa governista, que, por sua vez, não recuava, tampouco amenizava o combate, dando ensejo a acirradas disputas. No intento de desacreditar as falas oposicionistas, extrapolava-se o terreno da desconstrução dos argumentos, utilizando também a estratégia de desqualificar os interlocutores. Ademais, instigava-se o público a não dar crédito a escritos cujo “brilho da forma venha encobrir o defeito de fundo, com fez M.P. iniciais que velam um nome festejado pelo nosso jornalismo”, ou à “adorável teoria, encantadora e cômoda para oposições desabusadas”⁶³. No entanto, os governistas reconheceram, por diversas vezes, as competências do contendedor, atribuindo a Mendes Pimentel “privilegiado talento de polemista” e reconhecendo que “nem todos podem dispor dos fartos recursos de sua extraordinária dialética”⁶⁴.

⁶¹ DIÁRIO DE MINAS [2ª fase]. Belo Horizonte, n. 24, 5 dez. 1899.

⁶² DIÁRIO DE MINAS [2ª fase]. Belo Horizonte, n. 25, 6 dez. 1899.

⁶³ DIÁRIO DE MINAS [2ª fase]. Belo Horizonte, n. 25, 6 dez. 1899.

⁶⁴ DIÁRIO DE MINAS [2ª fase]. Belo Horizonte, n. 145, 30 abr. 1899.

No *Jornal do Povo*, Mendes Pimentel tenta aproveitar as estratégias de combate dos redatores do *Diário de Minas* a seu favor, por meio da resposta ao “ataque menos generoso do adversário”, contudo, sem enveredar-se “nas controvérsias de caráter pessoal” ou no que interpretava como tal⁶⁵. Afirmar acreditar que “o meio de retorquir vantajosamente” seria “opor argumento ao sofisma, a lógica ao embuste, e não condenar a opinião só pelo vício de origem que a malsina”⁶⁶. Ressalta que a liberdade profissional não deveria ser “privilegio de seitas políticas ou monopólio de governistas” e que ainda não era “crime dissentir da política dominante”, o que lhes daria o direito de lutar contra o governo⁶⁷. Em seus artigos, aparecem expressões que remetem à ideia de que, repetidamente, os redatores do *Jornal* eram infligidos pela censura do órgão oficioso, o que reporta à conhecida tese que atribui ao governo de Silviano Brandão um caráter repressivo em relação aos seus opositores, na tentativa de estabelecer uma política de “conciliação” no estado. Mesmo o trabalho de Viscardi⁶⁸, que relativiza os resultados desta política silvianista, para pôr termo às divergências existentes no PRM, confirma a tentativa de “expurgar os radicais” e calar aqueles que desafinariam o coro da situação. Essa ação do governo pode ser observada em artigo do *Diário de Minas*, no qual se pretende explicar a necessidade de um órgão de imprensa para defender os interesses partidários:

O Partido Republicano Mineiro, cômico de que a causa da patente dissidência contra o patriótico Governo do Estado, prende-se a injustas ambições não satisfeitas e aspirações contrariadas, não pode fazer causa comum com os agiotas de todos os tempos e com esse aluvião de amigos livres, incomoda e ingrata bagagem dos partidos disciplinados. Sejam, pois, eliminados dos nossos acampamentos⁶⁹.

O próprio Mendes Pimentel toca nessa questão, ao explicar os motivos que o teriam impelido à oposição. Declara no *Jornal do Povo* que, após tomar posse, o governo teria inaugurado “feroz bota-baixo, demitindo em massa os correligionários locais dos deputados e senadores que abriram o cisma no conclave de Ouro Preto”, ou seja, que fizeram parte da dissidência por ele liderada – situação que o teria levado a renunciar “ao mandato que não solicitara e que, ao contrário, relutara em

⁶⁵ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 13, 17 dez. 1899; JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 125, 2 maio 1900.

⁶⁶ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 93, 23 mar. 1900.

⁶⁷ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 100, 31 mar. 1900.

⁶⁸ VISCARDI, Cláudia. M. R. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995. p. 49.

⁶⁹ DIÁRIO DE MINAS [2ª fase]. Belo Horizonte, n. 3, 10 nov. 1899.

aceitar⁷⁰. E, embora dissesse que a fase política que atravessavam não admitia sequer “o queixume naqueles que a severidade governamental atinge nas rajadas vingadoras”, na prática ainda acreditava na força da imprensa como instrumento de combate, o que justificaria a produção de longos artigos para o *Jornal (Jornal do Povo, n. 93, 1900)*. “Em todo caso”, afirma, nunca teria tomado “da pena se ela pudesse ser detida pelo temor de qualquer espécie de vindita⁷¹”.

Mendes Pimentel interpreta diversas ações governistas como sendo revestidas de um viés autoritário, que considerava uma violação do regime republicano e que buscava com os seus textos denunciar. Acusa, por exemplo, que os políticos “não se contentam em violar a lei; irritam-se, enfurecem-se contra quem quer que ouse invocar a letra e o espírito do texto legal⁷²”. Por isso, traz para o *Jornal do Povo* seus conhecimentos jurídicos, recorrendo à lei, quando necessário, para fundamentar acusações e críticas à administração do estado.

Em sua escrita, Mendes Pimentel alterna o tom entre desapontamentos, que, no extremo, apareciam revestidos por desesperança e fatalismo em relação ao cenário político-social, e expectativas de mudança, cuja ação pelo *Jornal do Povo* pretendia incentivar. Diante de uma situação considerada desanimadora, possivelmente a promessa do devir era motivação para seguir expressando publicamente suas opiniões, sob o princípio de que “a vida em política é a luta, o choque de ideias, a conquista da opinião⁷³”. Porém, os redatores do *Jornal* conheciam os limites de sua ação, sabiam da força de seus opositores, que no controle do poder político no estado, poderiam mobilizar recursos diversos a seu favor. Tanto mais que Mendes Pimentel e Azevedo Júnior já haviam enfrentado a derrocada representada pela venda do *Diário de Minas* ao PRM. Por isso, ao comunicar o fim do *Jornal do Povo*, Azevedo Júnior sublinha que “se no campo de batalha se revezam combatentes, nesta luta exaustiva da imprensa um ano de incessante pelejar é tempo o bastante para que a retirada não seja deserção”, enquanto Mendes Pimentel apenas lamenta que a cessação o inibia “de dar maior desenvolvimento ao assunto⁷⁴ que vinha debatendo com o *Diário de Minas*⁷⁵”.

⁷⁰ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 163, 16 jun. 1900.

⁷¹ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 123, 29 abr. 1900.

⁷² JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 2, 5 dez. 1899.

⁷³ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 163, 16 jun. 1900.

⁷⁴ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 302, 30 nov. 1900.

⁷⁵ Os últimos artigos de Mendes Pimentel publicados no *Jornal do Povo* tratam de uma causa crime que representava como advogado. Surge aí uma diferença em relação à assinatura desses artigos, que não apareciam firmados pelas iniciais *M.P.*, mas por “O advogado F.

O que o teria levado a encerrar sua atuação no *Jornal* dessa maneira? Não é possível precisar, assim como não o é definir as impressões que o fim do órgão de combate lhe deixou. Talvez já esperasse o fechamento do *Jornal*, talvez as desilusões o tivessem desmotivando a se manter no campo de batalha da imprensa oposicionista, talvez simplesmente tenha aceitado o acontecido. Com o encerramento do *Jornal do Povo*, Mendes Pimentel reduz significativamente sua presença no espaço público. Não há indícios de que tenha criado novos jornais ou colaborado assiduamente para algum. Essa atitude parece decorrer antes de uma opção pessoal de se “recolher ao anonimato”, para utilizar as próprias palavras de Mendes Pimentel, do que de qualquer tipo de descrença quanto ao papel da imprensa na sociedade. Por isso, retornou aos jornais diversas vezes em que achou necessário se pronunciar publicamente⁷⁶. Além disso, Mendes Pimentel atuou na imprensa especializada, por meio da criação, ao lado de Estevão Pinto, da *Revista Forens*⁷⁷ e, em 1904, publicação destinada aos círculos jurídicos do estado, mas que adquiriu caráter e repercussão nacional, e da *Revista Assistência*, de 1912, à qual foi atribuído o fim de “exteriorizar a cultura jurídica e popularizar os juristas mineiros no restante do país”⁷⁸. Assim, deve-se relativizar o dito recolhimento ao anonimato, considerando que representa o afastamento da atividade como jornalista profissional, mas não de atividades públicas⁷⁹.

Os tempos de combate público encerram-se juntamente com o *Jornal do Povo*, o que marca também o afastamento de Mendes Pimentel das discussões públicas, principalmente aquelas relacionadas à situação

Mendes Pimentel”. O *Diário de Minas* acusava-o da inconveniência de ter levado o caso à imprensa, envolto “com a mais insólita agressão e injustas inventivas à polícia” (DIÁRIO DE MINAS [2ª fase], Belo Horizonte, n. 323, 26 nov. 1900).

- ⁷⁶ Textos de Mendes Pimentel foram publicados, ao longo da década de 1920, no *Jornal do Commercio*, no *Correio Mineiro* e no *jornal Minas Gerais*.
- ⁷⁷ Segundo Capanema, para Mendes Pimentel a *Revista Forense* representava uma espécie de cátedra, através da qual o jurista poderia fazer chegar suas ideias e lições a inúmeros “advogados, magistrados e estudantes de direito, a todos os que tinham a ação envolvida ou os olhos postos na vida judiciária” (CAPANEMA, Gustavo. Francisco Mendes Pimentel. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 206, p. 38-42, mar./abr. 1969. p. 39).
- ⁷⁸ PINTO, Jefferson de Almeida. *Das letras jurídicas: publicações, circulação de ideias e campo jurídico em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 2009. 9 f. Mimeografado. p. 4.
- ⁷⁹ Mendes Pimentel foi nomeado membro da Academia Mineira de Letras em 1909, designação que, no entanto, não aceitou; dirigiu a Companhia de Viação Urbana; participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, tendo sido primeiro secretário em 1907; participou também do Banco Hipotecário e Agrícola de MG S.A., em 1911; foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, do qual foi o primeiro presidente, em 1915; foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1917, cargo também recusado; em 1927, ficou responsável pela organização do Conselho Penitenciário do Estado.

política do estado e do país. “Fomos republicanos contra essa República”, diria Azevedo Júnior, no último número do *Jornal*, e dirigindo-se a Mendes Pimentel, explicaria: “nos recolhemos ao silêncio, tendo a consciência tranquila de quem, desprezando apodos, cumpriu seu dever”⁸⁰. Daí em diante, Mendes Pimentel seguiria na carreira jurídica e no magistério.

Considerações finais

Da criação d’*A Folha* ao desaparecimento do *Jornal do Povo*, Mendes Pimentel alterou significativamente os rumos de sua trajetória pública. Do partido político à oposição ao governo, experimentou intensamente a atividade jornalística, deu publicidade a projetos e ideias, nem sempre com absoluta coerência, mas que, sobretudo, registravam suas posições na cena pública mineira. Se, de início, manifestou-se em favor da República, que via nascer e que lhe instigava expectativas, poucos anos depois, tornou-se crítico veemente do regime consolidado. Empreendeu, assim, um deslocamento que não significa o abandono do republicanismo, mas a constatação das barreiras para sua efetivação no país.

Mendes Pimentel encarou a imprensa como uma arena pública na qual se debatiam as questões de relevância para a sociedade e, por isso, lhe atribuía uma missão social, política e educativa. Por entender que havia uma relação direta entre a educação e a consolidação do regime republicano, conferia à imprensa, assim como à escola, a função de formar o caráter nacional. Assim, no exercício da análise e da crítica pelos periódicos, manifestou constantemente a intenção de elucidar e orientar os leitores, como o mestre que atua em sua cátedra. Porém, se a atuação do “mestre no jornalismo” – retomando a expressão de Francisco Bressane – não se prolongou, o envolvimento com a educação, já muitas vezes expresso nos próprios jornais, foi mantido por meio da atividade docente.

Recebido em: 27 de novembro de 2013

Aprovado em: 20 de janeiro de 2014

⁸⁰ JORNAL DO POVO. Belo Horizonte, n. 302, 30 nov. 1900.